

METAS ANUAIS

2024

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4°, § 1°)

R\$ 1,00

		2024				2025				2026		
Especificação	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	% RCL (b / RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100
Receita Total	45.199.844,18	45.199.844,18		100,000	50.015.750,77	50.015.750,77		110,655	57.984.151,26	57.984.151,26		128,284
Receitas Primárias (I)	45.085.418,54	45.085.418,54		99,747	49.891.301,44	49.891.301,44		110,379	57.842.428,02	57.842.428,02		127,97
Receitas Primárias Correntes	45.085.418,54	45.085.418,54		99,747	49.891.301,44	49.891.301,44		110,379	57.842.428,02	57.842.428,02		127,97
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.427.940,43	7.427.940,43		16,434	8.078.627,93	8.078.627,93		17,873	9.054.998,46	9.054.998,46		20,033
Transferências Correntes	36.381.632,23	36.381.632,23		80,491	40.413.340,07	40.413.340,07		89,41	47.247.976,17	47.247.976,17		104,531
Demais Receitas Primárias Correntes	1.275.845,88	1.275.845,88		2,823	1.399.333,44	1.399.333,44		3,096	1.539.453,39	1.539.453,39		3,406
Receitas Primárias de Capital	0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00		
Despesa Total	45.199.844,18	45.199.844,18		100,000	50.015.750,77	50.015.750,77		110,655	57.984.151,26	57.984.151,26		128,284
Despesas Primárias (II)	44.449.844,18	44.449.844,18		98,341	49.560.750,77	49.560.750,77		109,648	57.244.151,26	57.244.151,26		126,647
Despesas Primárias Correntes	42.257.580,49	42.257.580,49		93,491	47.122.063,97	47.122.063,97		104,253	54.343.951,26	54.343.951,26		120,23
Pessoal e Encargos Sociais	23.522.739,00	23.522.739,00		52,042	27.264.937,12	27.264.937,12		60,321	31.561.826,26	31.561.826,26		69,827
Outras Despesas Correntes	18.734.841,49	18.734.841,49		41,449	19.857.126,85	19.857.126,85		43,932	22.782.125,00	22.782.125,00		50,403
Despesas Primárias de Capital	1.752.263,69	1.752.263,69		3,877	1.948.686,80	1.948.686,80		4,311	2.370.200,00	2.370.200,00		5,244
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	1.983.146,59	1.983.146,59		4,388	648.653,19	648.653,19		1,435	864.846,61	864.846,61		1,913
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	635.574,36	635.574,36		1,406	330.550,67	330.550,67		0,731	598.276,76	598.276,76		1,324
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00		
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00		
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00			0,00	0,00			0,00	0,00		

Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA DO SUL. Emissão: 11/04/2023, às 17:03:29.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Nota(s) Explicativa(s):

			R\$ 1,00
Parâmetros	2024	2025	2026
PIB nominal	0,00	0,00	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	45.199.844,18	50.015.750,77	57.984.151,26



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2024

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4°, § 2°, inciso III)

R\$ 1,00

(, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	,					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	44.916.365,81	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	44.916.365,81	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas. Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA DO SUL. Emissão: 11/04/2023, às 17:04:39. Nota(s) Explicativa(s):

A STATE OF THE STA

MUNICIPIO DE MARILÂNDIA DO SUL - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2024

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4°, §2°, inciso II)

R\$ 1,00

Fancaifiacaão	Valores a Preços Correntes										
Especificação	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	36.754.359,00	39.501.500,00	7,47	42.306.106,50	7,10	45.199.844,18	6,84	44.558.524,20	(1,42)	51.681.363,51	15,99
Receita Primárias (I)	36.034.687,00	39.301.500,00	9,07	42.199.006,50	7,37	45.085.418,54	6,84	44.434.074,87	(1,42)	51.539.640,27	15,99
Despesa Total	36.754.359,00	39.501.500,00	7,47	41.886.106,50	6,04	45.199.844,18	7,91	50.015.750,77	(1,42)	57.984.151,26	15,93
Despesas Primárias (II)	35.227.689,59	37.986.500,00	7,83	40.933.174,46	7,76	44.449.844,18	8,59	49.560.750,77	(1,42)	57.244.151,26	15,50
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	806.997,41	1.315.000,00	62,95	1.265.832,04	(3,74)	635.574,36	(49,79)	(5.126.675,90)	(1,42)	(5.704.510,99)	11,27
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	1.346.561,41	1.330.000,00	(1,23)	1.268.287,04	(4,64)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação	Valores a Preços Constantes										
Especificação	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	36.754.359,00	39.501.500,00	7,47	42.306.106,50	7,10	45.199.844,18	6,84	44.558.524,20	(1,42)	51.681.363,51	15,99
Receita Primárias (I)	36.034.687,00	39.301.500,00	9,07	42.199.006,50	7,37	45.085.418,54	6,84	44.434.074,87	(1,44)	51.539.640,27	15,99
Despesa Total	36.754.359,00	39.501.500,00	7,47	41.886.106,50	6,04	45.199.844,18	7,91	50.015.750,77	10,65	57.984.151,26	15,93
Despesas Primárias (II)	35.227.689,59	37.986.500,00	7,83	40.933.174,46	7,76	44.449.844,18	8,59	49.560.750,77	11,50	57.244.151,26	15,50
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	806.997,41	1.315.000,00	62,95	1.265.832,04	(3,74)	635.574,36	(49,79)	(5.126.675,90)	(906,62)	(5.704.510,99)	11,27
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	1.346.561,41	1.330.000,00	(1,23)	1.268.287,04	(4,64)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ÍNDICES DE INFLAÇÃO								
2021	2022	2023	2024	2025	2026			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas. Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA DO SUL. Emissão: 11/04/2023, às 17:04:35.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha. Nota(s) Explicativa(s):



Página: 1/1

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2024

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMAS	RENÚNCIA	A DA RECEITA F	COMPENSAÇÃO	
	WIODALIDADE	/ BENEFICIÁRIO	2024	2025	2026	COMPENSAÇÃO
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	IPTU	•	72.000,00	71.000,00	84.000,00	Pagamento Antecipado
TOTAL			72 000 00	71 000 00	84 000 00	

Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas. Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA DO SUL. Emissão: 11/04/2023, às 17:06:57. Nota(s) Explicativa(s):

Página: 1 / 1



MUNICIPIO DE MARILÂNDIA DO SUL - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2024

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R\$ 1,00

Tivii Bemonstrative o (Ert. ; art. 4 , 3 2 , moise v)	1 (ψ 1,00
EVENTOS	Valor Previsto para 2024
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I + II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	340.000,00
Novas DOCC	340.000,00
Margem Líguida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	-340.000.00

Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA DO SUL. Emissão: 11/04/2023, às 17:07:00. Nota(s) Explicativa(s):

R\$ 1,00

0,00

0,00

0,00



AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4°,§ 2°, inciso III)

MUNICIPIO DE MARILÂNDIA DO SUL - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2024

 RECEITAS REALIZADAS
 2022
 2021
 2020

 (a)
 (b)
 (c)

 RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)
 942,22
 0,00
 0,00

Alienação de Bens Móveis 0,00 0,00
Alienação de Bens Imóveis 0,00 0,00
Alienação de Bens Intangíveis 0,00 0,00

 Rendimentos de Aplicações Financeiras
 942,22
 0,00
 0,00

 TOTAL
 942,22
 0,00
 0,00

DESCRIPTION OF THE PARTY OF THE	2022	2021	2020	
DESPESAS EXECUTADAS	(d)	(e)	(f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	43.568,25	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	43.568,25	0,00	0,00	
Investimentos	43.568,25	0,00	0,00	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	43.568,25	0,00	0,00	
CAL DO FINANCEIDO	2022	2021	2020	
SALDO FINANCEIRO	(g) = (la - lld) + (lllh)	(h) = ((lb - lle) + llli)	(i) = (Ic - IIf)	
VALOR (III)	-42.626,03	0,00	0,00	

Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas. Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA DO SUL. Emissão: 11/04/2023, às 17:08:09. Nota(s) Explicativa(s):



AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2024

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4°, §2°, inciso I)

R\$ 1,00

	Metas Previstas em			Metas Realizadas em			Varia	ção
Especificação	2022	% PIB	% RCL	2022	% PIB	% RCL	Valor	%
	(a)			(b)			(c) = (b-a)	(c/a) x 100
Receita Total	39.501.500,00			47.935.487,70			8.433.987,70	21,35
Receita Primárias (I)	39.051.500,00			45.187.942,05			6.136.442,05	15,71
Despesa Total	39.501.500,00			51.858.227,29			12.356.727,29	31,28
Despesas Primárias (II)	37.986.500,00			47.862.320,60			9.875.820,60	26,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	1.065.000,00			(2.674.378,55)			(3.739.378,55)	(351,12)
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00			3.264.958,63			3.264.958,63	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00			(4.051.421,38)			(4.051.421,38)	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00			4.557.275,05			4.557.275,05	0,00

Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas. Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA DO SUL. Emissão: 11/04/2023, às 17:08:07.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha. Nota(s) Explicativa(s):

R\$ 1,00	
----------	--

Parâmetros	Valor Previsto 2022	Valor Realizado 2022
PIB nominal	0,00	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	0,00	0,00



DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2024

ARF (LRF, art 4°, § 3°)

R\$ 1,00

() ()			· ,
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	200.000,00	Recolhimento dos valores devidos	200.000,00
SUBTOTAL	200.000,00	SUBTOTAL	200.000,00
TOTAL	200.000,00	TOTAL	200.000,00

Fonte: Sistema Planejamento - Betha Sistemas. Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA DO SUL. Emissão: 11/04/2023, às 17:12:29. Nota(s) Explicativa(s):



Página: 1 / 1 Data: 11/04/2023

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

R\$ 1.00

LRF, Art. 12°, § 3° da Lei Complementar nº 101/2000			R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES (I)	51.636.286,44	57.016.025,35	66.141.441,96
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.427.940,43	8.078.627,93	9.054.998,46
IPTU	1.275.845,89	1.387.609,99	1.564.680,60
ISS	3.810.373,81	4.144.162,56	4.579.901,15
ITBI	575.560,97	625.980,11	608.227,46
IRRF	1.144.256,40	1.244.493,25	1.488.666,92
Outras impostos, taxas e contribuições de melhoria	621.903,36	676.382,02	813.522,33
Contribuições	858.192,30	933.369,95	1.004.125,00
Receita Patrimonial	120.146,92	130.671,80	150.283,24
Rendimentos de Aplicação Financeira	114.425,64	124.449,33	141.723,24
Outras Receitas Patrimoniais	5.721,28	6.222,47	8.560,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	42.818.074,49	47.413.614,65	55.405.266,87
Cota-Parte do FPM	15.922.327,81	17.503.412,39	21.351.253,46
Cota-Parte do ICMS	15.104.184,48	16.427.311,04	18.178.784,94
Cota-Parte do IPVA	1.258.682,04	1.368.942,59	1.641.248,49
Cota-Parte do ITR	686.553,84	746.695,96	913.148,48
Transferências da LC 61/1989	257.457,69	280.010,98	303.148,49
Transferências do FUNDEB	5.950.133,28	7.000.274,58	8.157.290,70
Outras Transferências Correntes	3.638.735,35	4.086.967,11	4.860.392,31
Outras Receitas Correntes	411.932,30	459.741,02	526.768,39
DEDUÇÕES (II)	6.436.442,26	7.000.274,58	8.157.290,70
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	6.436.442,26	7.000.274,58	8.157.290,70
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	45.199.844,18	50.015.750,77	57.984.151,26
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	(1.836.531,52)	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	1.836.531,52	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	1.836.531,52	0,00	0,00



Página: 1 / 1 Data: 11/04/2023

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

R\$ 1.00

LRF, Art. 12°, § 3° da Lei Complementar nº 101/2000			R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES (I)	51.636.286,44	57.016.025,35	66.141.441,96
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.427.940,43	8.078.627,93	9.054.998,46
IPTU	1.275.845,89	1.387.609,99	1.564.680,60
ISS	3.810.373,81	4.144.162,56	4.579.901,15
ITBI	575.560,97	625.980,11	608.227,46
IRRF	1.144.256,40	1.244.493,25	1.488.666,92
Outras impostos, taxas e contribuições de melhoria	621.903,36	676.382,02	813.522,33
Contribuições	858.192,30	933.369,95	1.004.125,00
Receita Patrimonial	120.146,92	130.671,80	150.283,24
Rendimentos de Aplicação Financeira	114.425,64	124.449,33	141.723,24
Outras Receitas Patrimoniais	5.721,28	6.222,47	8.560,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	42.818.074,49	47.413.614,65	55.405.266,87
Cota-Parte do FPM	15.922.327,81	17.503.412,39	21.351.253,46
Cota-Parte do ICMS	15.104.184,48	16.427.311,04	18.178.784,94
Cota-Parte do IPVA	1.258.682,04	1.368.942,59	1.641.248,49
Cota-Parte do ITR	686.553,84	746.695,96	913.148,48
Transferências da LC 61/1989	257.457,69	280.010,98	303.148,49
Transferências do FUNDEB	5.950.133,28	7.000.274,58	8.157.290,70
Outras Transferências Correntes	3.638.735,35	4.086.967,11	4.860.392,31
Outras Receitas Correntes	411.932,30	459.741,02	526.768,39
DEDUÇÕES (II)	6.436.442,26	7.000.274,58	8.157.290,70
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	6.436.442,26	7.000.274,58	8.157.290,70
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	45.199.844,18	50.015.750,77	57.984.151,26
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	(1.836.531,52)	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	1.836.531,52	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	1.836.531,52	0,00	0,00





LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

R\$ 1,00 RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal) **PREVISÃO** RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição) LDO 2024 Projeção 20241 Projeção 20242 7.402.245,95 1 - RECEITA DE IMPOSTOS 6.806.037,07 8.241.476,12 1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU 1.275.845,89 1.387.610,00 1.564.680.59 1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI 575.560,97 625.980,11 608.227,47 3.810.373,81 4.144.162,58 1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS 4.579.901,15 1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF 1.144.256,40 1.244.493,26 1.488.666,91 2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS 33.229.205,86 36.326.372,97 42.387.583,85 2.1 - Cota-Parte FPM 15.922.327,81 17.503.412,39 21.351.253,47 2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b 14.875.333,20 16.178.412,39 19.750.123,28 2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e 1.325.000,00 1.046.994.61 1.601.130,19 2.2- Cota-Parte ICMS 15.104.184,48 16.427.311,04 18.178.784,94 2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação 257.457,69 280.010,99 303.148,48 2.4 - Cota-Parte ITR 686.553,84 746.695,96 913.148.48 2.5 - Cota-Parte IPVA 1.258.682,04 1.368.942,59 1.641.248,48 0,00 0,00 2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro 0.00 0,00 2.7 - Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais 0,00 0,00 3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2) 40.035.242,93 43.728.618,92 50.629.059,97 6.436.442.25 4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))(2.5) 7.000.274,594 8.157.290,732 5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% 3.572.368,482 3.931.880,136 4.499.974,26 DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))**FUNDEB PREVISÃO** RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO Projeção 20241 LDO 2024 Projeção 20242 5.950.133,28 6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB 7.000.274,58 8.157.290,70 5.950.133.28 6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 7.000.274,58 8.157.290.70 5.950.133,28 7.000.274,58 8.157.290,70 6.1.1 - Principal 6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira 0,00 0,00 0,00 6.1.3 - Ressarcimento de Recursos do Fundeb 0,00 0,00 0,00 6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF 0,00 0,00 0,00 6.2.1 - Principal 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira 6.2.3 - Ressarcimento de Recursos do Fundeb 0,00 0,00 0.00 6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 6.3.1 - Principal 0.00 6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira 0,00 0,00 0,00 6.3.3 - Ressarcimento de Recursos do Fundeb 0,00 0,00 0,00 6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR 0,00 0,00 0,00 6.4.1 - Principal 0,00 0,00 0,00 6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira 0,00 0,00 0,00 6.4.3 - Ressarcimento de Recursos do Fundeb 0,00 0,00 0,00 7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)1 -486.308,97 -0,014 -0,032 RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT) **VALOR** 8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT 0,00 8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR 0,00 8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS 0,00 9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8) 5.950.133,28 **PRFVISÃO** DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção) 6 LDO 2024 Projeção 20242 Projeção 20241 10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB 5.950.133,28 6.471.364,96 7.389.000,00 10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA 4.165.093,30 4.529.955,47 4.952.000,00 10.1.1 - Educação Infantil 1.341.000,00 1.494.000,00 1.602.000,00 2.705.955,47 10.1.2 - Ensino Fundamental 2.539.093,30 2.970.000,00 285.000.00 380.000.00 10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos 330.000,00 10.1.4 - Educação Especial 0.00 0,00 0.00 10.1.5 - Administração Geral 0,00 0,00 0,00 1.941.409.49 10.2 - OUTRAS DESPESAS 1.785.039,98 2.437.000,00 741.000,00 868.000,00 996.000,00 10.2.1 - Educação Infantil 946.039,98 940.409,49 10.2.2 - Ensino Fundamental 1.266.000,00 175.000.00 10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos 98.000,00 133.000,00 10.2.4 - Educação Especial 0.00 0,00 0,00 10.2.5 - Administração Geral 0,00 0,00 0,00 10.2.6 - Transporte (Escolar) 0,00 0,00 0,00 10.2.7 - Outras 0,00 0,00 0,00



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)			R\$ 1,00
INDICADORES DO FUNDEB			
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO		PREVISÃO	
DESFESAS COSTEADAS CON RECEITAS DO LONDEB RECEBIDAS NO EXERCICIO	LDO 2024	Projeção 20241	Projeção 20242
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	5.950.133,28	6.471.364,96	7.389.000,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.950.133,28	6.471.364,96	7.389.000,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.165.093,30	4.952.000,00	4.952.000,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL 14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS COSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal ²	LDO 2024	Projeção 20241	Projeção 20242
15 - MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.165.093,30	4.900.192,21	5.710.103,49
16 - PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00
17 - MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
INDICADOR - Art. 25, § 3° - Lei n° 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)³	LDO 2024	Projeção 20241	Projeção 20242
18 - TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00
INDICADOR - Art. 25, § 3° - Lei n° 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)³	LDO 2024	Projeção 20241	Projeção 20242
10. TOTAL DAS DESDESAS CLISTEADAS COM SUBEDÁVIT DO SUNDED	2.22	2.22	2.22
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferencias de Impostos 19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00
19.2 - Total das Despesas custeadas contri dribeb - complementação da onião (VAAL - VAAL - VAAL)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RE	CEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção) 6		PREVISÃO	
DESPESAS COM AÇOLS TIFICAS DE MIDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO I CINDEB (FOI SUBIUIIÇÃO)	LDO 2024	Projeção 20241	Projeção 20242
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	3.572.368,46	3.941.967,37	4.646.002,57
20.1 - Educação Infantil	1.562.279,52	1.684.341,22	1.962.125,00
20.2 - Ensino Fundamental	1.498.088,94	1.650.626,15	1.931.377,57
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	17.000,00	20.000,00	27.500,00
20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	495.000,00	587.000,00	725.000,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA	DE IMPOSTOS E COM		<u> </u>
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO , FUNDEB		PREVISÃO	
(Por Área de Atuação)	LDO 2024	Projeção 20241	Projeção 20242
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	8.627.501,74	9.343.332,33	6.167.377,57
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	3.644.279,52	4.046.341,22	4.560.125,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	4.983.222,22	5.296.991,11 PREVISÃO	6.167.377,57
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	1.00.0001		D 1 7 00010
20. TOTAL DAG DECREGAG DE MDE CUCTEADAG COM DECUDEGOS DE IMPOCTOS	LDO 2024	Projeção 20241	Projeção 20242
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS 23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	3.572.368,46 6.436.442,25	3.941.967,37 7.000.274,594	4.646.002,57 8.157.290,732
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4) 24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00	0,00	0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1 (x)	0,00	0,00	0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE	0,00	0,00	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE		,	•
IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af)) 4 e 7	0,00	0,00	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	10.008.810,71	10.942.241,964	12.803.293,302
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2e5	LDO 2024	Projeção 20241	Projeção 20242
74 GIVIÇAG DO ENVITE IVINIVINO GONOTITOGICIAL		. 10,0000 2024 1	0,0940 20242
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	10.008.810,732	10.932.154,73	12.657.264,992
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE ⁸	LDO 2024	Projeção 20241	Projeção 20242
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00
			





LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R\$ 1,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

	<u> </u>				
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		PREVISÃO			
ALGENTA ABIGIGIANA I PARATINA NO DO ENGINO	LDO 2024	Projeção 20241	Projeção 20242		
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	457.702,56	497.797,30	531.467,49		
31.1.1 - Salário-Educação	457.702,56	497.797,30	531.467,49		
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00	0,00		
31.1.3 - PNAE	0,00	0,00	0,00		
31.1.4 - PNATE	0,00	0,00	0,00		
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00		
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00		
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00		
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00		
31.5 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00		

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção) 6	PREVISÃO		
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (FOI Subiulição)	LDO 2024	Projeção 20241	Projeção 20242
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	1.203.893,33	1.324.906,80	1.432.622,43
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	259.000,00	290.000,00	310.000,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	853.893,33	918.906,80	982.622,43
32.3 - ENSINO MÉDIO	15.000,00	20.000,00	25.000,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	8.000,00	8.000,00	10.000,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	3.000,00	3.000,00	5.000,00
32.8 - OUTRAS	65.000,00	85.000,00	100.000,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO		PREVISÃO	
TOTAL GLIVAL DAS DESFESAS COM EDUCAÇÃO	LDO 2024	Projeção 20241	Projeção 20242

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	PREVISÃO			
TOTAL GERAL DAS DESFESAS COM EDUCAÇÃO	LDO 2024	Projeção 20241	Projeção 20242	
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	10.726.395,07	23.476.478,26	26.935.250,00	
33.1 - Despesas Correntes	10.381.395,07	22.646.478,26	25.905.250,00	
33.1.1 - Pessoal Ativo	6.336.112,98	13.564.757,36	15.210.000,00	
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	325.000,00	700.000,00	900.000,00	
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	3.720.282,09	8.381.720,90	9.795.250,00	
33.2 - Despesas de Capital	345.000,00	830.000,00	1.030.000,00	
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	345.000,00	830.000,00	1.030.000,00	

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA DO SUL. Emissão: 11/04/2023, às 17:14:33.

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2°, Lei 11.494/2007: 'Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, Inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1° do art. 6° desta Lei, poderão ser utilizados no 1° trimestre do exercício Imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional'.

MUNICIPIO DE MARILÂNDIA DO SUL - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024 DEMONSTRATIVOS COMPLEMENTARES

Página: 1 / 1 Data: 11/04/2023

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL

PREVIOÑO DAO PRIORIDANES DAS RESPESAS COM RESPONA		PRIORIDADES	
PREVISÃO DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM PESSOAL	LDO 2024	Projeção 2025	Projeção 2026
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.502.739,00	27.244.937,12	31.541.826,26
Pessoal Ativo	22.181.739,00	25.535.937,12	29.403.826,26
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	18.246.739,00	20.760.937,12	23.914.826,26
Obrigações Patronais	3.935.000,00	4.775.000,00	5.489.000,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.316.000,00	1.704.000,00	2.128.000,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	925.000,00	1.185.000,00	1.506.000,00
Pensões	391.000,00	519.000,00	622.000,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art.18 da LRF)	5.000,00	5.000,00	10.000,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Resursos Vinculados	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	23.502.739,00	27.244.937,12	31.541.826,26
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	45.199.844,18	50.015.750,77	57.984.151,26
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§, art. 166 da CF)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	45.199.844,18	50.015.750,77	57.984.151,26
% do TOTAL DAS PRIORIDADES DAS DESPESAS COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - RCL (V) = (III / IV) * 100	52.00%	54.47%	54.40%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) (60%)	27.119.906,51	30.009.450,46	34.790.490,76
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) (57%)	25.763.911,18	28.508.977,94	33.050.966,22
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) (54%)	24.407.915,86	27.008.505,42	31.311.441,68

MUNICIPIO DE MARILÂNDIA DO SUL - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

Página: 1 / 2 Data:11/04/2023

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO			
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	LDO 2024	Projeção 2025	Projeção 2026	
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	6.806.037,07	7.402.245,91	8.241.476,13	
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.275.845,89	1.387.609,99	1.564.680,60	
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	575.560,97	625.980,11	608.227,46	
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.810.373,81	4.144.162,56	4.579.901,15	
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.144.256,40	1.244.493,25	1.488.666,92	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	32.182.211,25	35.001.372,96	40.786.453,68	
Cota-Parte FPM	14.875.333,20	16.178.412,39	19.750.123,28	
Cota-Parte ITR	686.553,84	746.695,96	913.148,48	
Cota-Parte IPVA	1.258.682,04	1.368.942,59	1.641.248,49	
Cota-Parte ICMS	15.104.184,48	16.427.311,04	18.178.784,94	
Cota-Parte IPI-Exportação	257.457,69	280.010,98	303.148,49	
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	38.988.248,32	42.403.618,87	49.027.929,81	

MUNICIPIO DE MARILÂNDIA DO SUL - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

Página: 2 / 2 Data:11/04/2023

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	PREVISÃO		
DESPESAS COM AÇUES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE (ASPS) – POR SUBPUNÇÃO E CATEGORIA ECONOMICA	LDO 2024	Projeção 2025	Projeção 2026
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	6.659.196,42	6.624.467,12	7.155.780,50
Despesas Correntes	6.494.196,42	6.439.467,12	6.908.780,50
Despesas de Capital	165.000,00	185.000,00	247.000,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	30.000,00	35.000,00	40.000,00
Despesas Correntes	30.000,00	35.000,00	40.000,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	478.000,00	522.000,00	566.000,00
Despesas Correntes	478.000,00	522.000,00	566.000,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	184.000,00	234.000,00	284.000,00
Despesas Correntes	176.000,00	225.000,00	274.000,00
Despesas de Capital	8.000,00	9.000,00	10.000,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	495.000,00	535.000,00	642.000,00
Despesas Correntes	485.000,00	525.000,00	627.000,00
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	15.000,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	368.500,00	467.000,00	585.000,00
Despesas Correntes	361.500,00	458.000,00	572.500,00
Despesas de Capital	7.000,00	9.000,00	12.500,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VIII + VIII + IX + X)	8.214.696,42	8.417.467,12	9.272.780,50

de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	21,07	19,85	18,91
--	--	-------	-------	-------

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL 2024

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	41.788.462,00	39.011.500,00	42.306.106,50	45.199.844,18	50.015.750,77	57.984.151,26
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.611.538,00	6.491.500,00	6.952.396,50	7.427.940,43	8.078.627,93	9.054.998,46
IPTU	450.808,00	1.115.000,00	1.194.165,00	1.275.845,89	1.387.609,99	1.564.680,60
ISS	3.047.386,00	3.330.000,00	3.566.430,00	3.810.373,81	4.144.162,56	4.579.901,15
ITBI	1.082.533,00	503.000,00	538.713,00	575.560,97	625.980,11	608.227,46
IRRF	592.165,00	1.000.000,00	1.071.000,00	1.144.256,40	1.244.493,25	1.488.666,92
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	438.646,00	543.500,00	582.088,50	621.903,36	676.382,02	813.522,33
Contribuições	488.073,00	750.000,00	803.250,00	858.192,30	933.369,95	1.004.125,00
Receita Patrimonial	659.564,00	105.000,00	112.455,00	120.146,92	130.671,80	150.283,24
Aplicações Financeiras (II)	659.564,00	100.000,00	107.100,00	114.425,64	124.449,33	141.723,24
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	5.000,00	5.355,00	5.721,28	6.222,47	8.560,00
Transferências Correntes	34.840.547,00	31.305.000,00	34.052.445,00	36.381.632,23	40.413.340,07	47.247.976,17
Cota-Parte do FPM	9.947.752,00	10.825.000,00	12.118.365,00	12.947.261,17	14.267.729,91	17.401.228,81
Cota-Parte do ICMS	9.694.098,00	10.560.000,00	11.309.760,00	12.083.347,58	13.141.848,84	14.543.027,96
Cota-Parte do IPVA	913.631,00	880.000,00	942.480,00	1.006.945,63	1.095.154,07	1.312.998,80
Cota-Parte do ITR	432.773,00	480.000,00	514.080,00	549.243,07	597.356,77	730.518,79
Transferências da LC 61/1989	168.302,00	180.000,00	192.780,00	205.966,15	224.008,79	242.518,80
Transferências do FUNDEB	5.034.103,00	5.200.000,00	5.569.200,00	5.950.133,28	7.000.274,58	8.157.290,70
Outras Transferências Correntes	8.649.888,00	3.180.000,00	3.405.780,00	3.638.735,35	4.086.967,11	4.860.392,31
Demais Receitas Correntes	188.740,00	360.000,00	385.560,00	411.932,30	459.741,02	526.768,39
Outras Receitas Financeiras (III)	60.108,00	350.000,00	267.750,00	286.064,10	311.126,56	356.458,47
Receitas Correntes Restantes	128.632,00	10.000,00	117.810,00	125.868,20	148.614,46	170.309,92
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	41.068.790,00	38.561.500,00	41.931.256,50	44.799.354,44	49.580.174,88	57.485.969,55
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL 2024

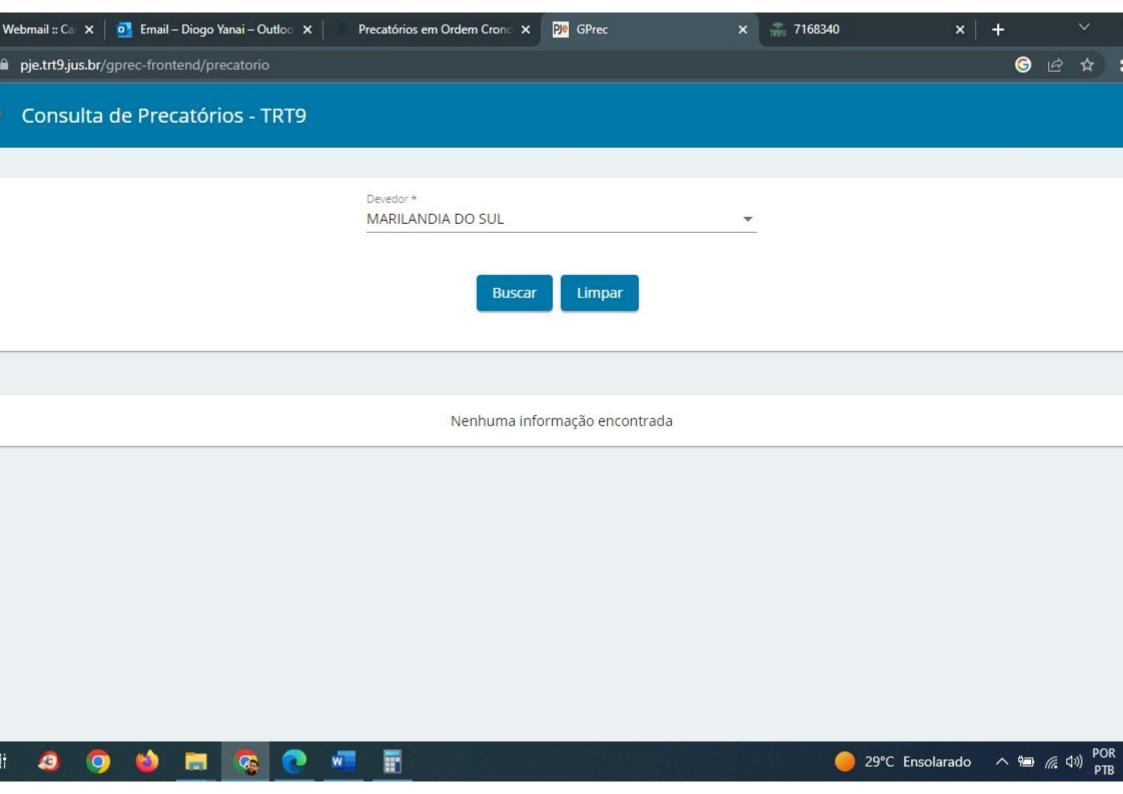
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	41.068.790,00	38.561.500,00	41.931.256,50	44.799.354,44	49.580.174,88	57.485.969,55
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	41.068.790,00	38.561.500,00	41.931.256,50	44.799.354,44	49.580.174,88	57.485.969,55
DESPESAS PRIMÁRIAS	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	33.226.220,59	36.306.500,00	39.491.761,25	42.332.580,49	47.182.063,97	54.433.951,26
Pessoal e Encargos Sociais	19.051.400,00	20.085.323,82	21.517.520,19	23.522.739,00	27.264.937,12	31.561.826,26
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	120.000,00	90.000,00	110.000,00	75.000,00	60.000,00	90.000,00
Outras Despesas Correntes	14.054.820,59	16.131.176,18	17.864.241,06	18.734.841,49	19.857.126,85	22.782.125,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	33.106.220,59	36.216.500,00	39.381.761,25	42.257.580,49	47.122.063,97	54.343.951,26
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	3.160.138,41	2.795.000,00	2.394.345,25	2.427.263,69	2.343.686,80	3.020.200,00
Investimentos	1.751.469,00	1.369.000,00	1.549.413,21	1.749.263,69	1.945.686,80	2.366.700,00
Inversões Financeiras	2.000,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00	3.000,00	3.500,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	2.000,00	1.000,00	2.000,00	3.000,00	3.000,00	3.500,00

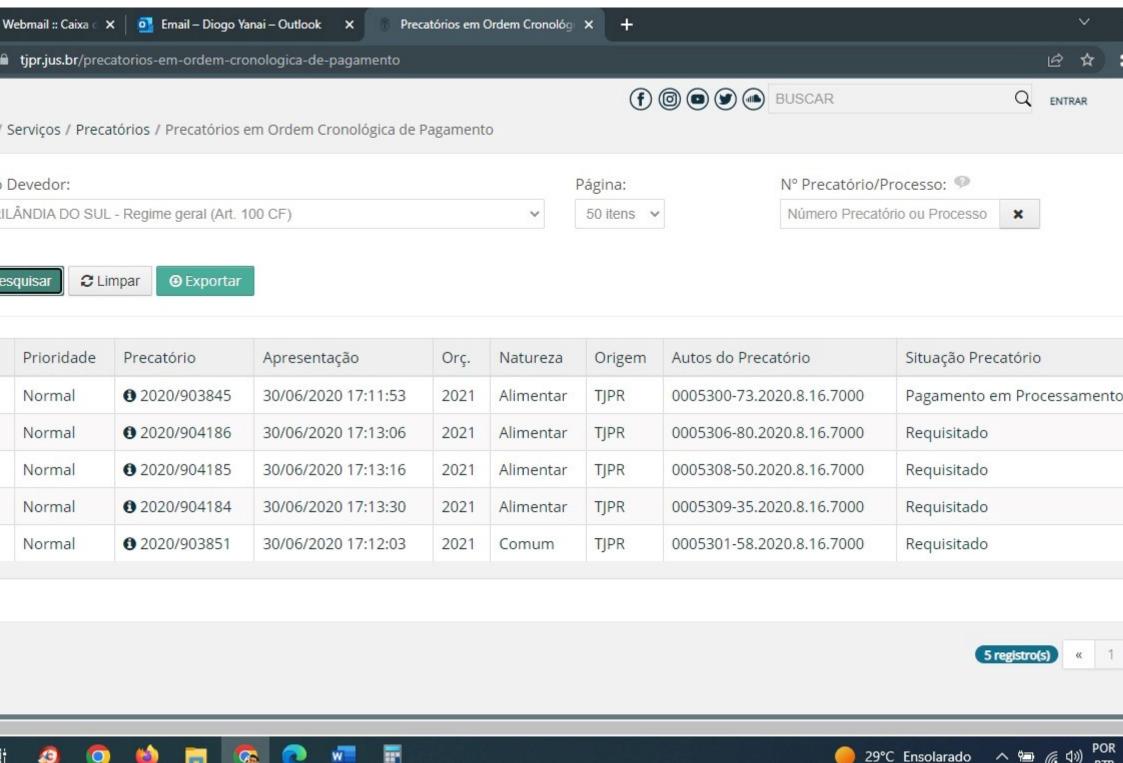
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL 2024

Amortização da Dívida (XXVII)	1.406.669,41	1.425.000,00	842.932,04	675.000,00	395.000,00	650.000,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXVI + XXVII)]	1.753.469,00	1.370.000,00	1.551.413,21	1.752.263,69	1.948.686,80	2.370.200,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	368.000,00	400.000,00	420.000,00	440.000,00	490.000,00	530.000,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	35.227.689,59	37.986.500,00	41.353.174,46	44.449.844,18	49.560.750,77	57.244.151,26	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	35.227.689,59	37.986.500,00	41.353.174,46	44.449.844,18	49.560.750,77	57.244.151,26	
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = (XVI - XXXII)	5.841.100,41	575.000,00	578.082,04	349.510,26	19.424,11	241.818,29	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = (XVII -XXXIII)	5.841.100,41	575.000,00	578.082,04	349.510,26	19.424,11	241.818,29	
	VALOR INCORRIDO						
JUROS NOMINAIS	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	659.564,00	105.000,00	112.455,00	120.146,92	130.671,80	150.283,24	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	120.000,00	90.000,00	110.000,00	75.000,00	60.000,00	90.000,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	6.380.664,41	590.000,00	580.537,04	394.657,18	90.095,91	302.101,53	

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	VALOR INCORRIDO					
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Privatizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00









PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO DE PRECATÓRIOS

CERTIFICO que, até a presente data, o município de MARILANDIA DO SUL, CNPJ 75.771.303/0001-07, incluídas suas autarquias e fundações, não figura como Requerido/Devedor em nenhum PRECATÓRIO junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Esta certidão é válida até 08/10/2023.

Brasília, 11 de Abril de 2023.

Coordenadoria de Execução Judicial

Certidão emitida em: 11/04/2023 16:54:00 (horário de Brasília)

A autenticidade da certidão poderá ver verificada na Internet através do endereço https://eprecweb.trf1.jus.br/precatorio/certidao/validarCertidao.seam.



Código de validação: 2248c36c896fe2cf26761b331a02f29a46d2c7bc



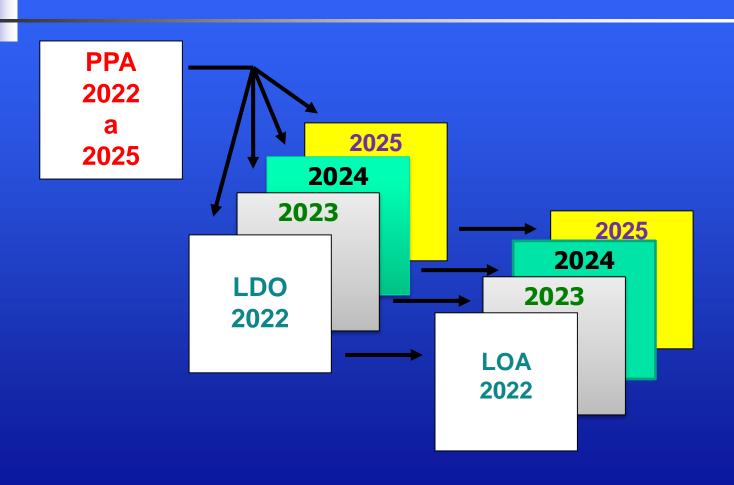
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO – 2024

Município de Marilândia do Sul

Sistema de Planejamento

PPA x LDO x LOA



Base Legal

- ▶ 1. Da Audiência Art. 48, da Lei Complementar Federal 101/2000 – LRF
- Art. 44, da Lei Federal 10.257/2001 Estatuto das Cidades.
- 2. Do PPA/LDO/LOA Art. 165, da CF./88
 Artigos 4º e 5º, da LC. 101/00 LRF

O QUE É L.D.O.

- Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO Prevista no Art. 165, inciso II da CF, a LDO é o elo entre o Plano Plurianual - PPA e a Lei Orçamentária Anual - LOA.
- Principal função da LDO selecionar, dentre as ações previstas no PPA, aquelas que terão prioridade na execução do orçamento do ano seguinte.

O QUE DEVE CONTER NA L.D.O.

Constituição Federal, Art. 165, § 2º

- As metas e prioridades da Administração Pública;
- Orientações para a elaboração da Lei Orçamentária;
- Alterações na Legislação Tributária;
 - Estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. Constituição Federal, Art. 165, § 2º

Constituição Federal, Art. 169

 Concessão de vantagem, aumento de remuneração, a criação de cargos, a admissão de pessoal, e alteração de carreiras.

O QUE DEVE CONTER NA L.D.O.

- Critérios para contingenciamento de despesas e limitação de empenhos.
- Procedimentos para alterações das dotações orçamentárias.
- Autorização para repasses a Entidades Privadas sem fins lucrativos.

RELAÇÃO DA L.D.O. COM A LRF

Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, Art. 4º,

- equilíbrio entre receitas e despesas;
- critérios e formas de limitação de empenho;
- normas relativas ao controle de custos e à avaliação de resultados;
- demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

RELAÇÃO DA L.D.O. COM A L.R.F.

Anexo de metas fiscais:

As metas fiscais anuais, relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal, e do montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, sendo, na prática, metas trienais.

Anexo de riscos fiscais:

Avaliação de passivos contingentes e de outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.



L.D.O. 2024

O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo os demonstrativos de metas, planejamento, riscos fiscais, estrutura de registros e unidades orçamentárias e executoras, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/00, as portarias nº 470 e 471/04 e suas posteriores alterações da Secretaria do Tesouro Nacional, nos termos do inciso I do § 2º do art. 35 do ADCT da Constituição Federal.



SAÚDE

A lei prevê que se aplique 15%.



2021: investido 22,06%

2022: Investido 27,21%

2023: Estimado 15,00%

2024: Projetado 15,00%



O Art. 212 da CF prevê que se aplique 25%.



2021: Investido 22,65%

2022: Investido 25,52%

2022: Estimado 25,00%

2023: Projetado 25,00%



PRAZO LEGAL DA LDO

De acordo com a Constituição Federal o prazo para entrega do Projeto de Lei da LDO 2024 é de até o dia 15 de abril de 2023.

CRONOGRAMA DA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI

- 1. Executivo elabora Projeto de Lei;
 - 2. Realizar Audiência Pública;
 - 3. Projeto de Lei segue para a Câmara (até 15/04);



Diante das novas normas impostas pela Legislação Vigente em especial a Lei Federal 4.320/64, a Lei de Responsabilidade Fiscal 101/00 e demais portarias do STN, não medimos esforços, para que toda essa informação de recursos orçamentários e financeiros fossem alocados de acordo com o PPA,LDO e LOA para 2024.

Nosso muito obrigado, pela presença, eis aqui o fruto do trabalho de todos.

Executivo Municipal

CNPJ N° 75.771.303/0001-07

Rua Silvio Beligni, 200 – Centro - Fone (43) 3428-1122 – Fax (43) 3428-1188 CEP: 86.825-000 – Marilândia do Sul – Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 009/2023

Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2024 do Município de Marilândia do Sul, Estado do Paraná, e dá outras providências.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, no artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, e no artigo 4º, Inciso II Ato das Disposições transitórias, da Lei Orgânica do Município, compreendendo, as diretrizes orçamentárias do Município para 2024, compreendendo:
 - I as prioridades e metas da administração pública municipal, extraídas do Plano Plurianual;
 - II a estrutura dos orçamentos fiscais;
 - III as diretrizes para a elaboração, alteração e execução dos orçamentos fiscais do município;
 - IV as disposições sobre a dívida pública municipal:
 - V as disposições sobre as despesas com pessoal e encargos sociais;
 - VI as disposições sobre as alterações na legislação tributária municipal; e
 - VII as disposições gerais e finais

CAPÍTULO II DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- Art. 2° As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2024 são aquelas definidas nos Anexos desta Lei, as quais serão extraídas do Plano Plurianual, para o período de 2022 a 2025, e possíveis alterações posteriores, incluindo outras prioridades apresentadas pelas reivindicações da sociedade e confirmadas pelos órgãos do município. Assim sendo os anexos somente serão apreciados junto ao projeto de lei do PPA Plano Plurianual.
- § 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para o exercício de 2024 serão destinados preferencialmente, para as prioridades e metas definidas nos Anexos desta Lei, não se constituindo, no entanto, em limites à programação das despesas.

CNPJ N° 75.771.303/0001-07

Rua Silvio Beligni, 200 – Centro - Fone (43) 3428-1122 – Fax (43) 3428-1188 CEP: 86.825-000 – Marilândia do Sul – Estado do Paraná

- § 2º O anexo de prioridades e metas conterá, no que couber, o disposto no parágrafo 2º, do artigo 4º, da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.
- § 3º Na elaboração e durante a execução do Orçamento do exercício de 2024, o Poder Executivo Municipal, poderá alterar as metas definidas nesta Lei, aumentando e/ou diminuindo, incluindo e/ou excluindo ações e seus quantitativos a fim de compatibilizar as despesas orçadas com as receitas estimadas, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.
- § 4º Os valores das receitas e das despesas contidos na Lei Orçamentária Anual de 2024 e nos demonstrativos que a integram serão expressos a preços correntes.
- § 5º Será garantida a destinação de recursos orçamentários para a oferta de programas públicos de atendimento à infância e à adolescência o Município, conforme disposto no art. 227 da Constituição Federal de 1988 e no art. 4º da Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações Estatuto da Criança e do Adolescente.
- § 6º Será garantida a destinação de 0,5% do total do orçamento municipal, para o Fundo Municipal de Habitação, instituído pela Lei Municipal 043/2007 de 30 de outubro de 2007, art. 2º inciso II.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAIS

- Art. 3º A Proposta Orçamentária para o exercício financeiro de 2024, abrangerá os Poderes, Legislativo e Executivo neste, compreendendo o Fundo Municipal de Saúde, e será elaborada levando-se em consideração a estrutura organizacional do Município.
- § 1º O Orçamento do Município de Marilândia do Sul, para o exercício de 2024, evidenciará as Receitas pela classificação econômica, pela fonte, pela rubrica, pela alínea e finalmente pela subalínea; e as despesas poderão ter a seguinte classificação:
 - I Órgão;
 - II Unidade Orçamentária;
 - III Função;
 - IV Subfunção;
 - **V** Programa;
 - VI Projeto, Atividade ou Operação Especial;
 - VII Categoria Econômica;
 - VIII Grupo de Despesa:
 - IX Modalidade de Aplicação;

CNPJ N° 75.771.303/0001-07

Rua Silvio Beligni, 200 – Centro - Fone (43) 3428-1122 – Fax (43) 3428-1188 CEP: 86.825-000 – Marilândia do Sul – Estado do Paraná

- X Elemento de Despesa; e
- XI Fonte de Recurso.
- § 2º A Proposta Orçamentária para o exercício de 2024 evidenciará as Receitas e Despesas na forma dos seguintes anexos:
 - I Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;
 - II Resumo Geral da Despesa;
 - **III -** Programa de Trabalho de Governo Demonstrativo de Funções e Subfunções por Projetos, Atividades e Operações Especiais;
 - **IV** Demonstrativo da Despesa por Funções e Sub-funções, conforme o vínculo dos Recursos;
 - V Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;
 - **VI -** Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional-programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos; e
 - **VII -** Demonstrativo da Evolução da Receita, por fontes, conforme disposto no artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

Parágrafo Único – As Propostas dos Orçamentos, da Prefeitura, da Câmara de Vereadores, Fundo de Saúde integrantes do Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto neste artigo.

- Art. 3º Para efeito desta Lei, entende-se por:
- **I Receita pública**, são todos os ingressos de caráter não devolutivo auferidos pelo poder público, em qualquer esfera governamental, para alocação e cobertura das despesas.
- **II Despesa pública**, são todos os dispêndios realizados pelos entes públicos para custear os serviços públicos (despesas correntes) prestados à sociedade ou para a realização de investimentos (despesas de capital).
- **III Função**, representa o maior nível de agregação das ações do Governo nos diversos setores.
- **IV Subfunção,** representa o desdobramento das funções de governo, os meios e instrumentos de ação organicamente articulados para alcançar os objetivos pretendidos e, mais do que isso, servindo de ligação, entre o planejamento de longo e médio prazo e o orçamento anual.
- V Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- **VI Atividade**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- VII Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das

CNPJ N° 75.771.303/0001-07

Rua Silvio Beligni, 200 – Centro - Fone (43) 3428-1122 – Fax (43) 3428-1188 CEP: 86.825-000 – Marilândia do Sul – Estado do Paraná

quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

- **VIII Operação especial**, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
- **IX Unidade Orçamentária**, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- **X Concedente,** o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros; e
- **XI Convenente**, o órgão ou a entidade de administração pública direta ou indireta com os quais a administração pública municipal pactue a transferência de recursos financeiros;
- **XII Execução física,** a realização da obra, o fornecimento do material ou bem ou a prestação do serviço;
- **XIII Execução orçamentária,** o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e
- **XIV Execução financeira,** refere-se ao pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar.

Parágrafo Único – Cada programa, identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, detalhando os em elementos de despesas, com seus respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação governamental.

- Art. 4º. O Projeto de Lei Orçamentária anual será encaminhado à Câmara Municipal de Marilândia do Sul, devidamente acompanhado do quadro de detalhamento da despesa, discriminado as unidades orçamentárias, os elementos de despesas e seus respectivos valores obedecendo na sua apresentação à forma analítica.
- **Art.5º.** Na elaboração do orçamento fiscal da Administração Direta e o Fundo de Saúde deverão ser descriminadas a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando para cada categoria econômica o elemento de despesa.
- **Art.6º.** As metas físicas serão indicadas nos desdobramentos da programação vinculadas às respectivas atividades e projetos.
- **Art. 7º.** A proposta orçamentária, não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa face à Constituição Federal e à Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 Lei de Responsabilidade Fiscal, atenderá a um planejamento permanente, com participação comunitária a partir das audiências públicas.

CNPJ N° 75.771.303/0001-07

Rua Silvio Beligni, 200 – Centro - Fone (43) 3428-1122 – Fax (43) 3428-1188 CEP: 86.825-000 – Marilândia do Sul – Estado do Paraná

- **Art. 8º.** O orçamento fiscal e o de investimento compreenderão a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, da Administração Direta, Fundos mantidos pela Administração Pública Municipal.
- **Art. 9º**. A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:
- I ao pagamento de precatórios judiciários e serviço da dívida, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.
- **Art. 10.** O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Marilândia constituir-se-á de:
 - I Texto da Lei;
 - II Quadros orçamentários consolidados;
- III Anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei:
- IV Discriminação da legislação da receita e da despesa, referente ao orçamento fiscal.
 - §1º A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:
- I Avaliação das necessidades de financiamento do setor público municipal, explicitando, receitas e despesas, bem como indicando resultado primário e operacional implícitos no Projeto de Lei Orçamentária para 2024, os estimados para 2023 e os observados em 2022, evidenciando, ainda, a metodologia do cálculo e de todos os itens computados nas necessidades de financiamento, com referência específica ao cálculo dos juros reais por competência; e,
- II Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa.
- § 2 º O Poder Executivo enviará a Câmara Municipal de Marilândia do Sul, os Projetos de Lei Orçamentária e dos créditos adicionais por meio tradicional ou eletrônico, com sua despesa discriminada por elemento de despesa.
- **Art. 11.** Para efeito do disposto no artigo anterior, a Câmara Municipal de Marilândia do Sul deverá entregar a sua respectiva proposta orçamentária ao Poder Executivo até 31 de julho de 2023, observados, os parâmetros e diretrizes estabelecidas nesta Lei, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.

CAPÍTULO IV

Das Diretrizes Gerais para Elaboração dos Orçamentos e suas Alterações

Seção I

Das Diretrizes Gerais

CNPJ N° 75.771.303/0001-07

Rua Silvio Beligni, 200 – Centro - Fone (43) 3428-1122 – Fax (43) 3428-1188 CEP: 86.825-000 – Marilândia do Sul – Estado do Paraná

- **Art.12.** A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2024, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como, levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.
- **Art.13.** Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.
- **Art.14.** O Projeto de Lei Orçamentária incluirá a programação constante do Plano Plurianual 2022 2025.
 - Art.15. Na programação da despesa não poderão ser:
- I Fixadas despesas sem que estejam legalmente instituídas as unidades executoras;
- II Incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária, exceto àqueles de capacitação de servidores e conservação do Patrimônio Público;
- III Incluídas despesas a título de Investimentos Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do art.167, § 3º, da Constituição Federal; e,
- IV Transferidos a outras unidades orçamentárias os recursos recebidos por transferência de outra esfera do governo.
- §1º Serão divulgados na Internet no endereço eletrônico www.marilandiadosul.pr.gov.br
 - I Pelo Poder Legislativo, no que lhe couber, os instrumentos de gestão previstos no *caput* do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 LRF.
 - II Pelo Poder Executivo:
 - a) A Lei Orçamentária Anual e seus anexos;
 - b) As alterações orçamentárias realizadas mediante a abertura de Créditos Adicionais:
 - c) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária; e
 - d) O Relatório de Gestão Fiscal.
- § 2º Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo, por intermédio do Secretaria de Administração e Finanças e profissional Técnico de informática TI, deverá:

CNPJ N° 75.771.303/0001-07

Rua Silvio Beligni, 200 – Centro - Fone (43) 3428-1122 – Fax (43) 3428-1188 CEP: 86.825-000 – Marilândia do Sul – Estado do Paraná

- I Manter atualizado endereço eletrônico supra citado de livre acesso a todo cidadão, com os dados e as informações descritas no artigo 48 da Lei Complementar no 101/2000; e
- II Providenciar as medidas previstas no inciso II deste artigo a partir da execução da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2024 e nos prazos definidos pela Lei Complementar no 101/2000.

SEÇÃO II Das Disposições sobre Débitos Judiciais

- **Art. 16**. A despesa com precatórios judiciais e cumprimento de sentenças judiciais será programada, na lei orçamentária, em dotação específica orçamentária responsável pelo débito.
- § 1º Os órgãos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal alocarão os recursos para as despesas com precatórios judiciários, em suas propostas orçamentárias, com base na relação de débitos apresentados até 01 de abril de 2023, com valores atualizados até a referida data, de acordo com o § 1º do art. 100 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000, observando-se, também o disposto na Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2002, especificando por grupo de despesa:
 - I o número do precatório;
 - II o tipo de causa julgada;
 - III a data de autuação do precatório;
 - IV o nome do beneficiário;
 - V o valor do precatório a ser pago.
- § 2º Para registro de seus precatórios judiciários na proposta orçamentária para 2024, os órgãos e entidades deverão se assegurar da existência de pelo menos um dos documentos relacionados a seguir:
 - I Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução; e
- II –Certidão de que não tenham sido apostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.
- § 3º Os recursos alocados para os fins previstos no **caput** deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

SEÇÃO III

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art.17. É vedada a destinação de recursos de dotações na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de subvenções sociais para entidades privadas, ressalvadas aquelas sem fins lucrativos, que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de **cultura**, **assistência social**, **saúde e educação**, e que preencham a seguinte condição:

CNPJ N° 75.771.303/0001-07

Rua Silvio Beligni, 200 – Centro - Fone (43) 3428-1122 – Fax (43) 3428-1188 CEP: 86.825-000 – Marilândia do Sul – Estado do Paraná

- I Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, e estejam registradas nos respectivos Conselhos;
- § 1º Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, Termo de Fomento, Termo de Parceria, conforme determina o artigo 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a exigência do artigo 26, da Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000 e Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014.
- § 2º Os repasses de recursos a entidades públicas ou privadas, inclusive da Administração Indireta Municipal, a título de termo de Fomento e/ou Cooperação, dependerá de:
 - I Chamamento Público nos moldes da Lei de licitações de 8666/93;
 - II Previsão de recursos orçamentários;
 - III Prestação de contas pela entidade beneficiada;
 - IV Situação de regularidade fiscal da entidade beneficiada; e
- V Previsão orçamentária de contrapartida pela entidade beneficiada, se houver.
- **Art.18.** As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.
- **Art.19**. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, de saúde e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal, até o limite de 4% (quatro por cento) das receitas correntes e dependerá de autorização em lei específica. (Art. 4º, I, f da LRF).

SEÇÃO IV Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

- **Art.20.** A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária, orientados no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.
- **Art.21.** Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município, no exercício de 2024 deverão estar acompanhados de demonstrativos que diminuem o montante estimado da receita ou do aumento da despesa, para o exercício em curso e os dois subseqüentes conforme art. 16, inciso I da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesas sem que estejam amparados pelos arts. 41, 42, e 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

CNPJ N° 75.771.303/0001-07

Rua Silvio Beligni, 200 – Centro - Fone (43) 3428-1122 – Fax (43) 3428-1188 CEP: 86.825-000 – Marilândia do Sul – Estado do Paraná

- **Art.22.** As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:
 - I Para elevação as receitas:
 - a) implementação das medidas previstas no capítulo VII desta Lei;
 - b) atualização do cadastro imobiliário;
 - c) chamamento geral dos contribuintes inscritos na Divida Ativa;
 - II Para redução das despesas:
 - a) Implantar rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
 - b) Através de Sistema informatizado formar banco de preços praticado para facilitar as futuras negociações;
 - c) Implantação do Sistema de Registro de preços para itens de compra continuada, bens e serviços comuns, visando a desburocratização e redução de custos.
 - b) Revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

SEÇÃO V

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art.23. A Lei Orçamentária conterá reserva de contingência em montante equivalente a, no mínimo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos suplementares e especiais.

Parágrafo único. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2024 poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art.24. Os Projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o mesmo detalhamento da Lei Orçamentária.

Parágrafo único. Acompanharão os Projetos de Lei relativos a créditos adicionais, exposições de motivos circunstanciados que justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos programas, das atividades e dos projetos.

SEÇÃO VI

Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

- **Art.25**. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2° desta lei, a Lei Orçamentária anual de 2024 e seus créditos adicionais, observados o disposto no art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:
 - I Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;

CNPJ N° 75.771.303/0001-07

Rua Silvio Beligni, 200 – Centro - Fone (43) 3428-1122 – Fax (43) 3428-1188 CEP: 86.825-000 – Marilândia do Sul – Estado do Paraná

- II Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
- III Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- IV Os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para efeitos desta Lei, aquela cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2024, cujo cronograma de execução ultrapasse ou não o exercício de 2024.

SEÇÃO VII

Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

- **Art.26**. Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2024, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.
- § 1º O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, o relatório resumido da execução orçamentária verificando o alcance das metas e se não atingidas deverá realizar as limitações de empenho na forma do disposto nesta Lei.
- § 2º O Relatório da Gestão Fiscal será emitido ao final de cada quadrimestre, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais, em audiência pública, perante o Legislativo Municipal.
- § 3º A divulgação será ampla, inclusive pela Internet, dos Planos, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária, prestação de contas.

SEÇÃO VIII

Controle de Custos, Controle Interno e Avaliação dos Resultados dos Programas

- **Art.27.** O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.
- **Art.28.** Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2024 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas fiscais estabelecidas (art. 4º, inciso I, alínea "e" da LRF).

CNPJ N° 75.771.303/0001-07

Rua Silvio Beligni, 200 – Centro - Fone (43) 3428-1122 – Fax (43) 3428-1188 CEP: 86.825-000 – Marilândia do Sul – Estado do Paraná

- **Art.29**. A Lei Orçamentária de 2024 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado Apoio Administrativo ou de finalidade competente.
- § 1º Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação.
- § 2º O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.
- **Art.30**. A Administração Municipal (Direta e Indireta) continuará a Implementação do Sistema de Controle Interno, para facilitar a preservação do Patrimônio Público e a conscientização da responsabilidade do servidor público no processo da Administração Governamental.
- **Art.31**. O Controle Interno continuará a intensificar os procedimentos no Poder Executivo (Administração Direta e Indireta).

Parágrafo único. O Órgão Central de Controle Interno será responsável pela normatização de processos que envolvam a execução orçamentária.

SEÇÃO IX Dos Créditos e Forma de Limitação de Empenhos

- **Art.32**. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no art.9º e, no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2024, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras;
- I Corte nas dotações de projetos que ainda não foram iniciados e que não tenham urgência;
- II Limitação das despesas de caráter continuado mediante aplicação de redutor equivalente ao percentual encontrado entre a receita prevista e a efetivamente arrecadada.
- § 1º Excluem do **caput** deste artigo as despesas que constituem obrigação constitucional e legal e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.
- § 2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, órgãos, entidades ou unidade administrativa, o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no **caput** deste artigo.
- § 3º Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os

CNPJ N° 75.771.303/0001-07

Rua Silvio Beligni, 200 – Centro - Fone (43) 3428-1122 – Fax (43) 3428-1188 CEP: 86.825-000 – Marilândia do Sul – Estado do Paraná

montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira.

SEÇÃO X

Definição de Despesa Irrelevante para Dispensa da Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro

Art.33. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete o aumento de despesa, cujo montante, no exercício financeiro de 2023, não exceda ao valor limite para dispensa da licitação, fixada no inciso I do art. 24 da Lei 8.666/1993, devidamente atualizado.

SEÇÃO XI

Autorização para o Município auxiliar o custeio de Despesas atribuídas a outros entes da Federação

Art.34. A inclusão, na Lei Orçamentária anual, de transferência de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

- **Art.35**. O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de governo, para desenvolver programas nas áreas de saúde, educação, infra-estrutura urbana e rural, saneamento básico, assistência social, cultura e outras áreas de sua competência.
- **Art.36**. Os recursos provenientes de convênios, repassados pelo Município, deverão ter sua aplicação comprovada através da prestação de contas.

SEÇÃO XII

Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos

Art.37. O § 2º, inciso III, do Art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101 de 4 de maio de 2000, que trata da evolução do patrimônio líquido estabelece também, que, os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos.

SEÇÃO XIII

Prioridade para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio sobre Projetos Novos

CNPJ N° 75.771.303/0001-07

Rua Silvio Beligni, 200 – Centro - Fone (43) 3428-1122 – Fax (43) 3428-1188 CEP: 86.825-000 – Marilândia do Sul – Estado do Paraná

Art.38. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito.

SEÇÃO XIV Da Autorização para Abertura de Créditos Adicionais Suplementares

- **Art.39.** O Executivo Municipal, fundamentado na Constituição Federal, Lei Orgânica do Município de Marilândia do Sul, e Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, nos termos do art. 43, todos os seus incisos e parágrafos, de acordo com o art. 7º da mesma Lei, é autorizado a:
- I Abrir Créditos Adicionais Suplementares até o limite de 10% (dez) por cento do total da despesa fixada na Lei Orçamentária para cada entidade da administração direta ou indireta;
- II Abrir Créditos Adicionais Suplementares para atender insuficiência nas dotações relativas a encargos com pessoal, utilizando como recurso, cancelamento parcial ou total do mesmo elemento ou de outro elemento não comprometido;
- III Abrir Créditos Adicionais Suplementares para atender insuficiência nas dotações orçamentárias relativas a Despesas Correntes e Despesas de Capital, utilizando como recurso, cancelamento parcial ou total do mesmo elemento ou de outro elemento não comprometido;
- IV Proceder abertura de créditos adicionais em dotações de despesas determinadas pelo recebimento de subvenções, contribuições e auxílios e outros diversos para aplicação em despesas vinculadas, inclusive as cotas-partes dos impostos Federais e Estaduais previstos nas Constituições.

Parágrafo Único: - Os recursos vinculados na Lei Orçamentária a projetos e atividades relacionadas à infância e à adolescência não poderão ser cancelados para dar cobertura a créditos adicionais suplementares de programas de outras áreas de atuação, conforme estabelece o art. 25 da Instrução Normativa n.036/2009 do TCE – Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 40. Os orçamentos próprios da Administração Indireta serão suplementados conforme previsto nos e seus regulamentos e regimentos próprios, na forma do § 1º, art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite de 10% (dez) por cento do total da despesa fixada na Lei Orçamentária para tal órgão.

CAPITULO V

Das Disposições relativas à Dívida Municipal

Art.41. A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública, e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

CNPJ N° 75.771.303/0001-07

Rua Silvio Beligni, 200 – Centro - Fone (43) 3428-1122 – Fax (43) 3428-1188 CEP: 86.825-000 – Marilândia do Sul – Estado do Paraná

- § 1º A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da dívida, inclusive com a previdência social.
- § 2º O Município, através de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, e alterações, que dispões sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliaria, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX da Constituição Federal.
- **Art.42.** Na Lei Orçamentária para o exercício de 2024, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

CAPÍTULO VI

Das Disposições relativas a Despesas do Município com Pessoal e Encargos Sociais

- **Art.43**. As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando ao disposto nas normas constitucionais aplicáveis, Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e a legislação municipal em vigor.
- **Art.44**. A instituição, concessão e o aumento de qualquer vantagem pecuniária ou remuneração, a criação de cargos ou adaptações na estrutura de carreiras e admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta inclusive fundações instituídas pelo Município, poderão ser levados a efeito para exercício de 2024, de acordo com os limites estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.
- §1º No caso do Poder Legislativo deverão ser obedecidos adicionalmente os limites fixados nos arts. 29 e 29-D, da Constituição Federal.
- §2º Os aumentos de que tratam este artigo somente poderão ocorrer se houver prévia dotação orçamentária para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.
- **Art.45.** O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme previsto no artigo 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal:
 - I -Eliminação de vantagens concedidas a servidores;
 - II Eliminação das despesas com horas-extras;
 - III Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
 - IV Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Parágrafo único. Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a manutenção de

CNPJ N° 75.771.303/0001-07

Rua Silvio Beligni, 200 – Centro - Fone (43) 3428-1122 – Fax (43) 3428-1188 CEP: 86.825-000 – Marilândia do Sul – Estado do Paraná

horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por Decreto do Chefe do Executivo.

CAPÍTULO VII Das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária do Município

- **Art.46.** A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2024, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre os quais:
- I Aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
- II Aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e modernização:
- III Aperfeiçoamento dos processos por meio de revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação dos serviços;
- IV A aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.
- **Art.47**. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior, levará em consideração adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observados a capacidade econômica do contribuinte, com destaque para:
- I Atualização da Planta Genérica de Valores do Município, ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado mobiliário;
- II Revisão atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções:
- III Revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV Revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;
- V Revisão da legislação referente ao Imposto sobre Serviços de qualquer natureza;
- VI Revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis;
- VII Instituição de taxas pela utilização efetiva de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- VIII Revisão da legislação sobre taxas, objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do Município;

CNPJ N° 75.771.303/0001-07

Rua Silvio Beligni, 200 – Centro - Fone (43) 3428-1122 – Fax (43) 3428-1188 CEP: 86.825-000 – Marilândia do Sul – Estado do Paraná

- IX Revisão das isenções de tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;
- X A instituição de novos tributos ou a modificação em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Parágrafo único. As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas no Município terão as suas fontes revisadas e atualizadas, considerando os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as suas respectivas produtividades.

- **Art.48.** Os valores venais que servirão de base de cálculo para lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, para o exercício de 2024 e subsequentes, serão apurados pelo Poder Executivo, conforme legislação vigente.
- § 1º O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano de 2024 poderá ter desconto de até 10% (dez por cento) do valor lançado para pagamento antecipado na forma do regulamento.
- § 2º A renúncia dos valores apurados no § 1º deste artigo serão considerados na previsão da receita de 2024, nas respectivas rubricas orçamentárias.
- **Art.49.** A administração do Município desprenderá esforços no sentido de diminuir o volume da Dívida Ativa inscrita de natureza tributária e não tributária.
- **Art.50.** O projeto de lei que concede ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.
- **Art.51**. A previsão de Receitas para o exercício de 2024 será efetuada com dedução dos valores resultantes da renúncia de receita previstas nos arts. **46 e 47** desta Lei e da Lei *Complementar nº 01, de 2003* e alterações e ainda outras leis que venham a ser editadas no decorrer do ano.
- Art.52. Todo Projeto de Lei enviada pelo Executivo versando sobre concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, além de atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do Município e que não afetará as metas de resultado nominal e primário, bem como as ações de caráter social, particularmente a educação, saúde, crianças e assistência social.
- **Art.53**. O Projeto de Lei Orçamentária Anual poderá considerar na previsão da receita o incremento de arrecadação decorrentes das alterações tributárias propostas, desde que as despesas sejam detalhadas por projetos e atividades orçamentários, que ficam condicionados à aprovação dessas alterações.

CNPJ N° 75.771.303/0001-07

Rua Silvio Beligni, 200 – Centro - Fone (43) 3428-1122 – Fax (43) 3428-1188 CEP: 86.825-000 – Marilândia do Sul – Estado do Paraná

Art.54. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita consoante art. 14 § 3º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

CAPÍTULO VIII Das Disposições Gerais

Art.55. Os valores das metas fiscais em anexo devem ser vistos como indicativo, para tanto ficam admitidas variações, de forma a acomodar a trajetória que as determinem até o envio do Projeto da Lei Orçamentária para 2024.

Parágrafo único. As metas Fiscais e os Riscos Fiscais para o exercício de 2024 são as constantes dos Anexos desta Lei.

- **Art.56.** Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.
- **Art.57**. Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante crédito suplementar e especial, com a prévia e específica autorização legislativa nos termos do artigo 166, § 8º, da Constituição Federal.
- **Art.58**. Cabe a Secretaria de Administração e Finanças, Divisão de Planejamento e Comissão Municipal responsável pelo monitoramento do PPA, a elaboração orçamentária de que trata esta Lei.

Parágrafo único. Secretaria de Administração e Finanças, Divisão de Planejamento determinará sobre:

- I O calendário de atividades para elaboração dos orçamentos:
- II Elaboração e distribuição do material que compõem as propostas parciais do orçamento anual da administração direta e seus fundos; e,
- III Instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos de que trata esta Lei.
- **Art.59.** O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária para 2024, ao Poder Legislativo até o dia 31 de agosto de 2023, para apreciação até o encerramento da sessão legislativa.
- **Art.60.** Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado para sanção do Prefeito até o término da sessão legislativa, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promulgar como lei, o projeto originário do Executivo, conforme legislação vigente.

CNPJ N° 75.771.303/0001-07

Rua Silvio Beligni, 200 – Centro - Fone (43) 3428-1122 – Fax (43) 3428-1188 CEP: 86.825-000 – Marilândia do Sul – Estado do Paraná

Art. 61. É autorizado ao Chefe do Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2024, a incluir novos Elementos de Despesas e novas Fontes de Recursos, para execução dos Orçamentos.

- **Art. 62**. As Notas de Bloqueios garantindo as dotações orçamentárias a que se destinam serão peças indispensáveis para o início dos Processos Licitatórios e/ou assinatura de Contratos.
- **Art. 63** Fica o Executivo Municipal autorizado a assinar convênios, com os Governos, Federal e Estadual, através de seus órgãos da Administração Direta e Indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município, ou não, inclusive com a participação de contrapartida municipal, conforme previsto na Lei Orgânica Municipal, art. 48, item VI.

Art.64. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Marilândia do Sul, 14 de abril de 2023.

Aquiles Takeda Filho Prefeito Municipal